

## Coluna do Castello

### Sarney não acha que seja o irremediável

O ex-presidente José Sarney não crê que o país atravesse uma crise sem solução, embora identifique a persistência ou o agravamento de alguns fatores que condicionam sua evolução. Quando no exercício do governo, lembra o senador, jamais desanimou e manteve-se até o último dia confiante e disposto a transmitir confiança ao povo ainda quando sua comunicação esteve praticamente limitada aos programas de rádio das sextas-feiras. Para ele um presidente não pode admitir que o país faliu e que não há solução para a crise. Não só por confiar no encontro de fórmulas inevitáveis de consenso, apesar da resistência que encontrou, como por seu temperamento otimista, jamais viveu sob a emoção do apocalipse.

Sarney está esperançoso de que o presidente Collor encaminhe afinal um acordo nacional tentado em vão por ele, quando presidente. Faz votos para que tal aconteça mas entende que não pode desempenhar qualquer papel ostensivo nas negociações em curso. Sua presença, de observador e eventualmente de conselheiro, o leva a conversar apenas com quem o procura e sob as reservas naturais. Se conversou com o governador Antônio Carlos Magalhães e com o presidente do seu partido, o ex-governador Orestes Quércia, preferiu não participar do encontro de senadores na residência do presidente do Senado, Mauro Benevides, para avaliar a presença do anfitrião na reunião do Conselho da República.

Entende o ex-presidente que, cabendo ao chefe do governo convocar o Conselho da República, atribuição que lhe é exclusiva, somente ele poderá colocar os problemas previstos no âmbito do aconselhamento a que se destina esse órgão. Somente Collor, assim, poderá dizer aos conselheiros se pretende intervir em algum estado, decretar estado de sítio ou de defesa ou se considera alcançada a integridade das instituições, dando as razões que



não pôde se reunir que oferecessem por escrito suas sugestões. Ontem ele já tinha ouvido também oito dos nove governadores do seu partido, esperando ainda estar

com o mono, João Alves, de Sergipe.

A conclusão do senador é a de que o PFL está predisposto a cooperar com Collor sem fazer qualquer reivindicação de reforma ministerial ou de participação em cargos. Espera que o presidente faça as propostas de reforma constitucional. Manifesta alguns temores preventivos, como, por exemplo, o de que se queira suprimir os 18% da cota compulsória destinada pela emenda João Calmon à educação. No que já leu percebe que se mantêm os números de participação dos estados e municípios na política educacional mas se libera a União, o que, em princípio, lhe parece assustador.

Claro, diz Hugo Napoleão, que há reclamações, insatisfações com o tratamento dispensado a setores do PFL etc., mas a grande maioria dispõe-se a colaborar nas reformas. Esperava o senador que o ministro Jarbas Passarinho oferecesse ontem ao bloco governista (PFL-PDC-PTB-PRN) a redação final das emendas sobre as quais irá ainda decidir o presidente da República. Sabe-se, no entanto, que Collor está intimado pelos presidentes do PSDB, Tasso Jereissati, e do PMDB, Orestes Quércia, a definir-se sobre uma preliminar, a da moralidade pública, que estaria sendo ferida por integrantes da chamada República das Alagoas.

Ulysses Guimarães — cuja presença nas tratativas foi impugnada por Quércia, que não quer dividir a representação do seu partido mas que não atentou para a circunstância de que Ulysses tem espaço próprio e de qualquer forma representa no momento a corrente parlamentarista, inevitavelmente incluída na negociação — também referenda a preliminar da